



VOZES POPULARES DA ECONOMIA

REVISTA - 3ª EDIÇÃO

SUMÁRIO

03 EDITORIAL

05 NOTAS

07 COLUNA - ECONOMIA SOLIDÁRIA

14 VOZES POPULARES

17 COLUNA - CONTABILIDADE POPULAR

20 COLUNA - PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

23 ENTREVISTA - CASA CUIDADO

26 FEIRA DO HOSPITAL DE BONSUCESSO

28 EM REDE

32 RODA DE CONVERSA - CLIMA

34 RODA DE CONVERSA - VIOLÊNCIA



2023-2026: PERÍODO DESAFIADOR, MAS MISSÃO CUMPRIDA

A publicação desta edição da revista **VOZES POPULARES DA ECONOMIA**, em junho de 2026, marca o fim de mais um projeto da **CAPINA** com financiamento da *Brot für die Welt* (“Pão para o Mundo”). Com o título de *“Economias dos Setores Populares protagonizadas por jovens e mulheres: fomentando potências coletivas”*, o projeto executado foi uma continuidade do *“Desenvolvendo a sustentabilidade da economia popular protagonizada por mulheres e jovens”* realizado entre 2020 e 2023.

O período anterior foi marcado por governos voltados à necropolítica no Rio de Janeiro e no Brasil. Diversas dimensões atravessaram a proposta do nosso projeto, com impactos diretos sobre as economias das famílias: a pandemia de covid-19 e os seus efeitos, que afetaram principalmente as populações mais desfavorecidas e a conjuntura política no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro dos com a eleição de governos de extrema-direita.

Como consequência, observamos e sentimos o agravamento da crise socioeconômica e financeira no país e seus efeitos sobre a segurança alimentar e nutricional (SAN) e condições de emprego/trabalho; as inseguranças relativas à permanência, ao direito ao uso e à posse da terra (principalmente para grupos e coletivos de agriculturas familiares e urbanas); a crescente violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, principalmente em territórios tomados pelo tráfico de drogas e pela narcomilícia, e as violências policiais praticadas sobretudo contra as populações jovem, negra e das periferias e favelas; e a forte influência das Igrejas evangélicas neopentecostais de caráter fundamentalista religioso.

Apesar desse contexto, com um novo governo federal, o ciclo de 2023-2026 foi marcado pela expectativa de reconstrução de políticas públicas em diversos âmbitos, incluindo a Economia dos Setores Populares. Entretanto, se por um lado, é possível afirmar que vimos o esforço para o restabelecimento de padrões mínimos de bem-estar social, por outro, também foi notada muitas disputas dentro e fora das instâncias governamentais, o que tornou tais reconstruções mais lentas e menos eficiente do que a sociedade brasileira esperava e ainda necessita.

De toda forma, a CAPINA considera a missão cumprida. Ao todo, o projeto contou quatro níveis de atividades: assessorias continuadas; formações para mulheres e jovens; formação virtual, encontros de orientação e lives para tratar de “Contabilidade Popular”, além de encontros e ações de incidência política e de comunicação.

No primeiro nível, foram selecionadas iniciativas coletivas ou familiares, que participaram de processos de formação dos projetos anteriores e atuam nos setores da agricultura familiar, beneficiamento, prestação de serviços, culinária, costura, artesanato etc.

Já no segundo, foram realizadas duas formações presenciais, voltadas para mulheres, jovens e pessoas negras, com foco nos temas: gestão democrática, viabilidade econômica, comercialização e acesso a mercados, formalização, tributação e contabilidade popular e políticas públicas.

Entre as tarefas do terceiro nível de atividades, houve a formação virtual sobre “Contabilidade Popular” para educadores e educadoras, além de assessores e assessoras que atuam na temática da contabilidade, gestão financeira e assessoria jurídica para Economia dos Setores Populares. Também aconteceram lives intituladas “Conversa-Ação”, cujos temas foram decididos coletivamente pela Rede Contar, tendo como foco os desafios, alternativas e possibilidades relativos aos temas contábeis para as economias dos setores populares.

Por fim, no último nível de atividades, foram realizadas três rodas de conversas destinadas à mobilização e ao amplo debate sobre diferentes problemáticas relacionadas à Economia dos Setores Populares. Também cumprimos a tarefa de participação ativa nos grupos da Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ), além de estarmos nos trabalhos de implementação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado (PEAPO). Ainda neste nível de atividades, realizamos encontros da “Rede Contar: por uma contabilidade popular” com objetivo de agregar os membros da rede para elaboração de planejamentos e ações de fortalecimento da Rede Contar, assim como das redes e fóruns parceiros.

Finalizando o quarto e último nível, no que diz respeito à sistematização do trabalho, além desta edição da Revista Vozes Populares, também está sendo divulgada a primeira edição da cartilha do PGPA – Planejamento e Gestão da Produção Agroecológica, uma ferramenta construída coletivamente para apoiar o planejamento, a organização da produção e o registro do trabalho realizado ao longo do ciclo produtivo.

Agradecemos a confiança e a parceria já historicamente estabelecida com a organização Pão Para o Mundo na incessante busca por um mundo mais justo, onde todas as pessoas vivam com dignidade, tenham os mesmos direitos, com igualdade e equidade de distribuição de recursos e respeitando os limites do planeta em que vivemos, hoje e para as próximas gerações.



Samara Prado/MTE

BRASIL CELEBRA CONQUISTAS DA POLÍTICA DO SALÁRIO MÍNIMO

O Brasil celebra, em 2026, os 90 anos do Salário Mínimo e os 20 anos da Política de Valorização do Salário Mínimo. Dentre as comemorações, o Governo Federal lançou o livro **“Salário Mínimo no Brasil: 90 anos de Histórias, Lutas e Transformações”**, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

CONGRESSO APROVA NOVAS REGRAS PARA PARCERIAS GOVERNOS-OSCS EM CALAMIDADES

A Câmara dos Deputados aprovou, no mês de junho de 2026, o Projeto de Lei nº 1.707 de 2025. De autoria da Presidência da República, a proposta estabelece medidas excepcionais para enfrentar os impactos de estados de calamidade pública nas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. **As novas regras permitem a criação de parcerias emergenciais, a alteração de planos de trabalho e a simplificação da prestação de contas, visando uma resposta mais ágil e eficaz em situações de emergência.** O projeto será apreciado no Senado.



Gustavo Mansur/Palácio Piratini



Lucas Martins

AVANÇA A LUTA PELO FIM DA ESCALA 6X1 EM BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou, em maio de 2026, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece jornada de trabalho de 40 horas semanais em cinco dias com dois de descanso, acabando com a escala 6 X 1 (um dia de descanso e 44 horas semanais). O texto ainda precisa ser aprovado no Senado para virar lei.

EMATER-RIO E INSS FECHAM ACORDO EM PROL DOS TRABALHADORES RURAIS

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) assinaram, em dezembro de 2025, um Acordo de Cooperação Técnica para **auxiliar trabalhadores rurais da Agricultura Familiar no requerimento de benefícios e serviços previdenciários, com assistência na modalidade de atendimento à distância**. Com a iniciativa, o acesso aos serviços previdenciários promete ser mais rápido e eficiente.



Divulgação/INSS



Kleber Nunes/ASA Brasil

PROGRAMA VAI INCENTIVAR TETOS SOLARES NO SEMIÁRIDO

Durante a 17ª edição da “Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia”, em Remígio (PB), no mês de março, foi lançado o projeto “Um Milhão de Tetos Solares”, uma parceria entre a Fundação Banco do Brasil e a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). **O P1MTS vai beneficiar famílias do semiárido nordestino, promovendo a geração de energia solar de forma acessível e sustentável, com foco em formação profissional e geração de renda.**

PAUL SINGER: ENCONTRO NACIONAL MARCA MOMENTO DE RECONSTRUÇÃO

Entre os dias 25 e 27 de maio de 2026, foi realizado o 1º Encontro Nacional do Programa Paul Singer, em Luziânia (GO). Mais de 500 pessoas participaram do evento, que se debruçou sobre 13 temas. O Encontro marca a **reconstrução da Economia Popular e Solidária e mostrou a força da Educação Popular como meio para o fortalecimento dos trabalhadores da Economia dos Setores Populares.**



Ruy Castro/Ascom-SGPR

COLUNA

REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

Alzira Medeiros

Eu sou porque nós somos

Começo aqui, neste texto, saudando a revista Vozes Populares da Economia e toda a gente da CAPINA que permite-nos socializar reflexões e inquietações em um contexto complexo com muitas crises, o que torna nossa missão como educadoras, educadores e educadores populares em economia solidária essencial. Isso implica aguçar a nossa leitura de mundo estudando e escutando o que o coração e todas as vozes nos dizem e propõem para agirmos em coletivo, redes, em comunidades e em MUTIRÕES.

Vou começar pela questão da inteligência com emoção e a emoção com inteligência, em tempo de IA. A aprendizagem necessária para os tempos atuais, entendendo que a tecnologia não substitui a criação e o diálogo “sentipensante”. Os problemas e inquietações acerca da construção do conhecimento, nos chama a rever a racionalidade que separa a emoção da razão, como se fossemos seres movidos na mesma lógica da máquina e de decisões sem afeto. e, isso nos leva a uma das reflexões mais profundas que precisamos fazer acerca do pensamento da modernidade que nos influenciou no ocidente e que negou e ainda nega outras cosmovisões. Além de se assentar na supremacia branca, no patriarcado e racismo estruturais que moldam a psique dos indivíduos, a cultura e nossas relações na sociedade e na economia, consequentemente.

Acentuo o estudo de outras raízes culturais e filosofias de mundo, como o Ubuntu dos Povos Bantu da África Subsaariana, cuja frase citei acima, para repensar o individualismo em nossa sociedade e o sucesso a todo custo, o que gera seres de uma alta competição destrutiva. Isso está adoecendo nossos jovens e o Planeta. Quem aguenta tanta pressão, tanto medo, vio-





violência e insegurança quanto ao presente e ao futuro?

Na educação popular em economia solidária, o desafio é buscar a integralidade do ser em toda a sua complexidade para nos transformar e a sociedade que queremos construir com base numa relação de interdependência entres todos os seres (animal, humano, vegetal e animal), vencer a ideia da supremacia do Homem acima de todos e de tudo para conquistar e explorar, em nome do poder e da acumulação do capital. Esse desafio não é pequeno porque ele vai mexer com nossas entranhas e a nossa capacidade de convivência e de paz.

Alguns de vocês devem estar pensando: o que isso tem a ver com a construção da política pública de economia popular e solidária? Na minha maneira de ver o mundo e nossas relações, tem muito a ver e a nos implicar. O ambiente do espaço público, principalmente do Estado, é por natureza uma criação de poder que nunca incorporou democraticamente os trabalhadores, as trabalhadoras, us trabalhadores. Historicamente, foi, e ainda é, o instrumento das classes dominantes que detém o poder do capital para destruir as culturas e cosmovisões contrárias a ordem estabelecida pelo Estado. O Estado Moderno tem sido atravessado pela luta da classe trabalhadora, das mulheres, dos povos e comunidades tradicionais, do povo negro, entre outros. Nada que nos beneficia foi de “mão beijada”, sempre foi carregando as pedrinhas uma a uma na luta por direitos. Na construção de nossa própria jornada.

A democracia hoje, com todas as limitações que significa a democracia representativa, está sequestrada pelo poder econômico (vejam o Congresso Nacional, sua composição e como a maioria foi eleita). É a expressão das classes abastadas e da elite política, de maioria masculina, associadas às grandes corporações financeiras que influenciam toda a economia no Brasil e no Planeta. Temos um aquecimento global e uma crise climática. Há, ainda, uma ideia de progresso e desenvolvimento que não têm os seres vivos no centro de sua ação e estratégias. A solução para crise energética tem um modelo predatório e de privatização de territórios nos biomas e no litoral.

As “chamadas energias limpas”, como a eólica, por exemplo, são implantadas com modelos de grandes áreas e concentração de empresas que fazem um comodato por 50 anos e R\$ 2.500,00 por mês no arrendamento da terra. O que parecia bom, tem levado a exaustão psíquica das pessoas pelo barulho permanente, levado à surdez, a impossibilidade de reprodução animal e da agricultura diante do afastamento de polinizadores e a migração forçada.

Tudo isso é fato e tem levado a muitas denúncias, principalmente no Nordeste. Bastaria pensar numa tecnologia descentralizada e por meio da cooperação, aplicadas também a energia solar. Mas o modelo continua a ser concentrador. E o Estado continua a fazer investimentos públicos para essas estratégias.

A política pública de economia solidária, está neste ambiente de conflitos e contradições. E ainda bem que temos um governo, cujo Presidente, tem uma raiz política que não o deixa afastar-se da importância de mudar o que leva à fome, atacar alguns pilares da desigualdade, entre outras. Não fosse isso, estaríamos muito piores. Relembrem o que foram os anos de Temer e de Bolsonaro, forças políticas retrógradas que atuaram com a economia da morte. A memória aqui, neste contexto, é fundamental. Esses governos destruíram direitos sociais, não veem a importância da democracia e da igualdade. Buscou influenciar as relações sociais colocando as mulheres numa posição de submissão por “vontade de Deus”. Deus sempre usado pelo poder para semear o medo e dominar.

Tudo isso é o chão de vida e de trabalho, o pano de fundo, onde se situa a economia solidária no Brasil. Por que? Numa reunião ampliada do Conselho Nacional de Economia Solidária, em maio de 2024, Marcio Pochmann falou que “a economia solidária revela a emergência de um novo sujeito social perturbador da ordem à qual estamos submetidos”. Gosto muito dessa visão que diz que as trabalhadoras, trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária são contrários à ordem estabelecida pelo Estado e, por extensão, ao Capitalismo e seus mecanismos de controle, de apropriação da riqueza e da opressão.



O Capitalismo já nos expulsou de suas novas dinâmicas de trabalho e cria os mecanismos para minar a solidariedade diante da miséria. Aquele ditado: pouca farinha meu pirão primeiro. É isso, a sociedade está se movendo de forma instintiva animal para a sobrevivência. “Tenho que pagar meus boletos”! Isso leva a barbárie. Como pensar em mim sem olhar o todo? A cultura da economia solidária é de aprofundar a educação popular para a solidariedade que é uma dimensão política. Não é a filantropia, de ajudar os mais pobres e mais fracos. Isso é uma relação de poder de quem tem para quem não tem. O que queremos é a solidariedade entre iguais de forma horizontal e autogestionária com direitos.

É fácil mudar uma ordem social? Não é, não! Porém, não é impossível. Vejam a história para acabar com a escravidão no Brasil, para o direito de votar pelas mulheres, pelo direito à terra (embora ainda capenga). Não podemos deixar de sonhar, de começar a fazer o que acreditamos e tem sentido nas nossas vidas. Mas este momento nos chama a sonhar sem idealizações. Agora é o momento de atuar para garantir um futuro melhor. É o que a política de economia solidária tem buscado apontar.

Durante estes quatro anos do governo Lula, a política pública tem sido reconstruída, inclusive a reinstalação do Conselho Nacional. Está na mesma velocidade que queremos e precisamos? Não, não está. O Estado como falei acima, é disputado. O que é disputado, principalmente? O orçamento. Para onde vai o fundo Público? O pluriverso da economia solidária no Brasil é novo demais. O Estado tem uma cultura política de atuar com setores e atividades econômicas. Mas a economia solidária tem construído experiências que têm por base relações de cooperação e autogestão não é como um nicho do mercado porque não funciona nas regras do mercado capitalista, embora esteja no mesmo ambiente. Mas ela tem outro território movido por outros valores e pela organização que busca fortalecer os laços de sociabilidade, rompendo com o isolamento adoeecedor e destruidor, distribuindo os ganhos do trabalho de forma mais equitativa, buscando a convivência com os ecossistemas e biomas e toda a sociobiodiversidade. Entender a economia solidária apenas numa dimensão compensatória, de ver o imediato da geração de renda, perde a perspectiva que ela quer construir de uma outra economia com base na colaboração, na cooperação, na solidariedade profunda.

Vamos abrir a mente e o coração para nos ver no contexto atual e arregaçar as mangas para avançar o máximo possível. Vamos aprender. Eu tenho aprendido muito com as novas configurações do Fórum Brasileiro e a sua repercussão como sujeito político no Conselho Nacional.

Nós que defendemos a sociedade do Bem Viver estamos buscando construir desde já, na prática e na participação o que queremos e não entender que isso virá de mão beijada, por mais comprometido que seja o Governo com as causas democráticas. E este é um governo de frente, de coalização política necessária para enfrentar o fascismo que está influenciando as mentes para voltar ao autoritarismo, a negação de direitos etc.

Avançamos numa questão importante, o Marco Legal da economia solidária para o Estado Brasileiro. A lei Paul Singer, sancionada, em 2024, pelo Presidente Lula, torna visível para o Estado que existem trabalhadoras, trabalhadores e trabalhadoras na economia solidária. Não apenas para a Senaes. A política pública ainda precisa avançar na construção da integração e do entendimento do que seja o pluriverso da economia solidária, sair da visão compartimentada e limitada da política. A Lei cria o Sistema Nacional de Economia Solidária que inclui Estados e Municípios. Institui um novo sujeito econômico o Empreendimento de Economia Solidária que está mexendo nas regras do Estado, seja na tributação, na previdência, no acesso aos mecanismos de fomento e conhecimento.

O movimento de economia solidária deu um passo importante ao realizar a IV Conferência Nacional de Economia Solidária nos 27 estados do Brasil, junto com a Senaes, principalmente o FBES pela sua capilaridade e identidade histórica. A sociedade é quem constrói a política pública. Por isso, é preciso avançar na organização social e territorial. Está em gestação o Plano Nacional da Economia Solidária com base nas resoluções da IV CONAES. É irrisório o orçamento para a economia solidária. Isso quer dizer muito. Como juntar as diversas possibilidades com vários ministérios é uma estratégia que precisa ainda ser consolidada, mas já está na Lei e no Sistema. Elaborar a estratégia da política do Estado e não fazer uma colcha de retalhos, é um desafio político e não apenas administrativo. Há sensibilidade política em vários ministérios e a Senaes tem buscado o diálogo.

Para construir a economia solidária é preciso avançar na educação popular, ela é pedagógica. É a educação que permite a expansão da cultura e a sua contraposição ao que está estabelecido.





A nossa cultura está contaminada pelo individualismo, machismo, racismos, homofobismo, transfobismo e preconceitos variados. A educação popular que defendemos busca criar um ambiente e espaço de diálogo a partir da vida e do trabalho que favorece a criação e a ampliação das mentes, da ciência, da cultura, das artes, com os sujeitos que trabalham, pensam, amam, criam e têm construído a sua sobrevivência, principalmente as mulheres que representam 70% de sua composição. Mas nós, da Rede Autogestionária de Educação em Economia Solidária, queremos que seja Vida, também com Cuidados e com o entendimento do que seja a economia reprodutiva e não apenas produtiva.

Nesse sentido, o Programa Paul Singer de Formação em Economia Solidária traz um respiro para oxigenar a ação da economia solidária. A Secretaria Nacional lançou, em 2023, um desafio para o próprio Estado ao criar um programa com 500 agentes territoriais nos 27 estados do Brasil. Isso provoca, na menor das circunstâncias, a ampliação da reflexão da economia solidária para vários movimentos sociais e leva a ação para alguns municípios. Provoca o debate no território, conversa com os grupos informais, empreendimentos em geral e entre os próprios agentes que muitos não tinham uma vivência na construção da economia solidária. O Programa e seus agentes vão chegando junto, “cara a cara”, no local de trabalho. Isso é importante demais, visto que a economia solidária tem sua força motriz no local, na comunidade, no território. É aí que nos organizamos, é aí onde os conflitos e contradições se apresentam e devem ser problematizados. É preciso avançar na construção da dinâmica orgânica com os sujeitos sociais e seus movimentos e organizações nos territórios, visando aprofundar os laços sociais e organizar as demandas e a interlocução com as Prefeituras e outras instituições públicas e movimentos sociais. Se faz necessário criar comitês territoriais onde o Programa Paul Singer vai se instalando para permitir o envolvimento e a pactuação das ações e compromissos, a exemplo da Comissão Pedagógica Nacional, criada recentemente.

Existem lacunas na política de economia solidária que precisam avançar para criar as finanças solidárias, as moedas sociais e o fomento para investimento a ampliação e melhorias das condições de produção e comercialização e valorização da tecnologia social que vem sendo criadas no processo de trabalho e aplicadas e desenvolvidas pelas Escolas Família Agrícola, Universidade e Institutos Federais com as Incubadoras de Cooperativas Populares. Os desafios e demandas são muito grandes e necessitam de financiamento, orçamento etc.

O que a economia solidária propõe aponta para uma nova ordem social e busca quebrar as “caixinhas” do padrão cultural de acumulação do capitalismo que destrói a vida e a nossa casa planetária, nossa materialidade e subjetividades. A vida não é só trabalho. Precisamos pensar e agir sobre isso. Vamos dar os passos necessários e colocar mais pedrinhas para criar um caminho de interdependência e felicidade. Precisamos eleger as prioridades a partir do pluriverso dos sujeitos e do território e isso depende da capacidade de organização e articulação dos movimentos da economia solidária, em mutirão. ●



Alzira Medeiros é representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária no Conselho Nacional da Economia Solidária, a partir da Macro Regional NE e que me coloca também na Coordenação Nacional do FBES. Animadora e cofundadora da Rede Autogestionária de Educação Popular em Economia Solidária.



VOZES POPULARES

ARIELA COUTO DA SILVA

“Eu comecei a trabalhar com fornecimento de comidas no final do ano de 2024, de forma não muito planejada. Houve uma necessidade de trabalhar, de ter uma renda. No começo de 2025, surgiu essa oportunidade de participar do **Curso de Estudo de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática lá dentro da ENSP, pela Capina**. Foi um marco na minha caminhada, me levou para onde eu tô agora, com a segurança de estar agora sendo uma das processadoras de um coletivo que funciona. Hoje eu consigo receber convites para participar dos eventos, fornecendo a comida, realizando coffee breaks, realizando almoços. **Eu consigo ter uma visibilidade do meu trabalho, ter uma dimensão de como gerir o meu negócio, o meu trabalho, a minha equipe**. Esse curso foi realmente um trampolim e a gente espera que tenha mais oportunidades vinda da Capina.



SONIA CRISTINA ANDRADE

Sou artesã, moradora de Duque de Caxias, trabalho com artesanato já tem uns 4 anos mais ou menos fazendo as feiras livres de artesanato. Fui convidada a participar do curso **“MEI SEM SEGREDOS”**. Gostei bastante. Já fiz outros cursos, mas nesse aprendi bastante sobre o assunto, tirou muitas dúvidas, que eu posso inclusive levar para outras amigas que não puderam estar aqui. **É muito bom o curso**. Quem tiver a oportunidade, quando surgir novamente esse curso, aproveite e faça, porque é muito proveitoso.





JÉSSICA ARAÚJO

A Capina foi um ponto crucial na minha vida, na verdade. Ela foi uma contrapartida que veio para somar demais comigo. Eu venho com a CAPINA desde... não me lembro mais a data ou o ano que eu comecei...mas há uns três anos. E a partir daí, veio o ponto-chave: o conhecimento. Conhecer outras pessoas. A Capina trouxe isso. Das capacitações, fez a rede com as pessoas. Sou muito grata e estou feliz por poder ter feito parte desse processo, dessa formação, e hoje poder, não só ser beneficiada com isso, como poder beneficiar outras pessoas também, através do conhecimento e preservando essa rede, esse coletivo.

ANA SANTOS

Sou uma das fundadoras do Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM). Conheci a Capina por meio do livro da Kátia Aguiar. Foi muito diferente para mim, que apesar de ser uma professora desde os 14 anos, ler sobre formação, educação popular, economia e desconstruir essa economia das universidades. Eu estudava Administração e conheci um outro lado. Uma das coisas mais importante é perceber como a Capina atua na sua formação, no seu cotidiano, no seu dia a dia, seja participando dos encontros, ampliando o debate da educação popular, dos empreendimentos de setores populares e fazendo também a gente transitar em outros espaços que não sejam só as nossas bolhas.



COLUNA

TRAMANDO CAMINHOS PARA UMA CONTABILIDADE POPULAR



**Maria Luiza Barbosa
e Rosiane Garcia**

A **CAPINA** possui uma trajetória histórica de apoio às iniciativas e aos assessores/as educadores/as do campo da Economia dos Setores Populares (ESP), desenvolvendo metodologias de formação, ferramentas e dispositivos pedagógicos voltados às experiências associativas, cooperativas, grupos informais, iniciativas familiares e organizações comunitárias. Ao longo dessa caminhada, a dimensão da contabilidade sempre apareceu como um desafio central para os grupos populares, especialmente diante das dificuldades de acesso à contabilidade formal e, principalmente, de apropriação das informações geradas pelos demonstrativos, balanços e demais documentos contábeis.

Embora essa preocupação acompanhe a atuação da organização há muitos anos, foi a partir de 2020 que passamos a investir, de forma mais estratégica, em ações voltadas ao fortalecimento de uma contabilidade que dialogue com as realidades concretas da ESP. **Partimos do reconhecimento de que os instrumentos e linguagens da contabilidade tradicional foram pensados para atender empresas organizadas sob a lógica do lucro e da centralização das decisões. Ao mesmo tempo, entendemos que é possível criar caminhos e ferramentas que aproximem esse universo técnico das práticas dos empreendimentos populares. Apostamos que a contabilidade pode ir muito além da burocracia e das exigências fiscais, tornando-se também**

COLUNA

uma ferramenta política, pedagógica e organizativa, capaz de fortalecer processos de gestão democrática e a sustentabilidade econômica das iniciativas da ESP.

Em 2021 realizamos a primeira formação “Contabilidade Popular: desmistificando o contabiliquês”, um curso virtual de alcance nacional voltado não apenas para contadores/as, mas também para militantes, assessores/as, educadores/as e integrantes de iniciativas populares que atuam na gestão administrativa e financeira dos grupos. O curso buscou criar espaços de troca, debate e construção coletiva de conhecimentos e ferramentas úteis às realidades da ESP. Dessa experiência nasceu a publicação Contabilidade Popular: diálogos insurgentes de uma construção em rede, construída a muitas mãos pelas pessoas participantes do processo formativo.

Como desdobramento desse encontro, surgiu, em 2021, a Rede Contar – por uma contabilidade popular, uma articulação interdisciplinar e multiprofissional que reúne pessoas e organizações de diferentes regiões do país em torno do desafio de construir uma contabilidade comprometida com as iniciativas da ESP. Desde então, a CAPINA vem apoiando essa construção coletiva potente, que segue fortalecendo vínculos e ampliando os debates sobre gestão e contabilidade no campo popular.





Em 2025, realizamos uma segunda formação nacional, novamente em formato virtual, em parceria com a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. O processo culminou no seminário “Contabilidade Popular: desmistificando o universo contabiliquês para a economia dos setores populares”, realizado na UEFS e organizado pela CAPINA, IEPS/UEFS e Rede Contar. O seminário inspirou a elaboração de uma “carta aberta” que reflete o desejo por tornar a contabilidade uma ferramenta de gestão popular e combater o excesso da burocracia contábil, a Carta foi pensada como instrumento político de sistematização de demandas e proposições e, desde então, está sendo amplamente publicizada nas diversas instâncias relacionadas a ESP.

Sabemos que essa caminhada ainda é longa. Seguimos tramando estratégias, fortalecendo redes e construindo caminhos para que os conhecimentos contábeis, tributários e fiscais fortaleçam, cada vez mais, a organização, a autonomia e a sustentabilidade das iniciativas da Economia dos Setores Populares.





integrando
a gestão
agroecológica

FORTALECENDO A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

CARLOS AUGUSTO GOUVEA,
MARIA LUIZA BARBOSA
E ROSIANE GARCIA

Na CAPINA, trabalhamos há décadas junto a agricultoras e agricultores na construção de caminhos para fortalecer a produção, a comercialização, a gestão e a viabilidade econômica de iniciativas agroecológicas. Foi dessa experiência que surgiu o INGÁ – Integrando a Gestão Agroecológica, uma ferramenta construída coletivamente para apoiar o planejamento, a organização da produção e o registro do trabalho realizado ao longo do ciclo produtivo.

Ao longo de nossas atividades de assessoria, identificamos que um dos principais desafios enfrentados pelos grupos não está apenas na produção em si, mas no planejamento e na organização das informações sobre o trabalho realizado. Muitas decisões são tomadas com base na experiência acumulada pelas agricultoras e



Com o INGÁ, buscamos contribuir justamente nesse ponto, oferecendo uma ferramenta simples e acessível para registrar informações, facilitando a análise de resultados e subsidiando o acesso a políticas públicas.



A elaboração do INGÁ é resultado de um processo coletivo. A ferramenta foi sendo construída a partir do diálogo com agricultoras, agricultores, grupos produtivos, organizações parceiras e iniciativas da agroecologia. Ao longo de sua elaboração, promovemos momentos de apresentação, debate e avaliação da proposta, incorporando críticas, sugestões e contribuições de diferentes pessoas e organizações. São tantas as contribuições recebidas ao longo do processo que corremos o risco de esquecer alguém ao tentar nomeá-las. Fica aqui nosso sincero agradecimento a todas as agricultoras, agricultores, grupos, organizações e parceiros que compartilharam seus conhecimentos, experiências e reflexões e ajudaram a construir o Caderno INGÁ.

Desenvolvemos o INGÁ tendo como referência a produção vegetal e a comercialização de produtos in natura. Por isso, reconhecemos que a ferramenta apresenta limitações para atividades ligadas à produção animal e ao beneficiamento de alimentos.



A publicação estará disponível publicamente para grupos e organizações de diferentes regiões do Brasil e será trabalhada junto a agricultoras e agricultores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Destacamos que esta é uma primeira versão da ferramenta. Esperamos que ela seja apropriada, testada e adaptada por diferentes grupos e realidades. Críticas, sugestões e relatos de uso serão muito bem-vindos. ●



ENTREVISTA

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELO CUIDADO

Com Cyntia Matos, co-fundadora da Casa Cuidado



“A proposta é fortalecer o fazer comunitário em rede e ampliar o cuidado dentro da própria comunidade”

Cyntia Matos



O que é a Casa Cuidado e qual é a principal missão do projeto?

A Casa Cuidado é uma casa de fortalecimento feminino que atua principalmente com meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e afetadas por violências domésticas. O projeto nasceu em 2020, durante a pandemia da Covid-19, dentro do contexto das favelas e periferias de Duque de Caxias. Acreditamos na transformação social por meio do cuidado, para que as pessoas não apenas sobrevivam, mas vivam com dignidade.

Quais são os principais projetos e áreas de atuação da Casa Cuidado?

A Casa atua em diferentes frentes. Na educação, desenvolve o Projeto Sementes, com crianças de 5 a 12 anos, e o Pré-Vestibular Comunitário Casa Cuidado, voltado para o ingresso de jovens na universidade. Também há ações voltadas para mulheres, como rodas de escuta sobre violência doméstica e saúde mental, além da Cozinha Solidária do Cuidado, que atende pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social, oferecendo não apenas alimentação, mas acolhimento e escuta.

ENTREVISTA

Como funciona o trabalho do projeto?

Um dos pilares da Casa é o fortalecimento comunitário. O objetivo é construir redes de apoio com outros coletivos, projetos e lideranças do território, entendendo como cada iniciativa pode colaborar para ampliar o impacto social. A proposta é fortalecer o fazer comunitário em rede e ampliar o cuidado dentro da própria comunidade.

Fale sobre a “Metodologia do Cuidado” que vocês desenvolveram?

A Metodologia do Cuidado é uma proposta desenvolvida em 2023 para orientar as ações da Casa Cuidado, com base em uma parte da minha dissertação de mestrado. Foi criada pela observação das atividades que eram feitas na casa e na minha pesquisa. Tem cinco passos: Acolhimento; Roda de escuta; Chá com Bolo; Aprendizado Significativo e Reflexão. A ideia é colocar o cuidado na centralidade da vida das pessoas. ●





FEIRA AGROECOLÓGICA DO HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO: ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E COLETIVIDADE

A Feira Agroecológica do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), iniciada em julho de 2025, chega ao seu primeiro ano com seus primeiros objetivos bem-sucedidos. Realizada na Praça da Liberdade, em Bonsucesso, Zona Norte do Rio, a feira reúne, toda primeira quarta-feira do mês, mais de 20 agricultoras e agricultores da Região Metropolitana do Rio. São representantes da agricultura urbana, da agricultura familiar e de assentamentos da Reforma Agrária, além de diversos coletivos e associações que oferecem uma grande diversidade de alimentos agroecológicos, como verduras, frutas, compotas, doces, pães, café, chocolate, feijão e arroz orgânico.

Além de incentivar a riqueza nutricional e o consumo de alimentos saudáveis, a Feira Agroecológica do Hospital Federal de Bonsucesso também comercializa produtos do artesanato e por vezes conta com atrações musicais que animam quem passa por lá.

O HFB, vinculado ao Ministério da Saúde, é um complexo hospitalar administrado pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC) desde outubro de 2024. A feira é organizada pelo setor de Nutrição do hospital, vinculado à Gerência de Atenção à Saúde, com parceria da Gerência de Participação Social e Diversidade do GHC.

Em declaração ao site do grupo administrador, Daniely Borges, chefe do setor de Nutrição do hospital, ressaltou a importância da iniciativa. “Sou filha de agricultores e sei o valor da agricultura familiar. Estamos expostos a um ambiente alimentar pouco favorável, com muitos ultraprocessados e alimentos com agrotóxicos. Precisamos mudar esses hábitos. Esse primeiro passo, de oferecer acesso a uma alimentação mais saudável dentro do hospital, é motivo de muita alegria para todos nós.”

Os feirantes são vinculados à Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU), à Articulação Agroecológica -AARJ, ao Coletivo MANGA e ao Armazém do Campo. A construção da feira teve ampla participação de trabalhadores, usuários e acompanhantes. A iniciativa busca estimular hábitos alimentares mais saudáveis, incentivar o consumo de produtos orgânicos, valorizar o pequeno agricultor e fomentar práticas sustentáveis e de integração dentro do ambiente hospitalar. ●



EM REDE

“Atuar em rede, em um movimento social, foi o caminho que escolhemos para trazermos a existência e resistência da Agricultura Urbana Agroecológica na Cidade do Rio de Janeiro.

Esse caminho segue com agricultores e agricultoras, povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais, ambientais, organizações da sociedade civil, associações de agricultores e agricultoras em rede, para afirmar que as cidades plantam e a Agricultura Urbana Agroecológica é nossa revolução!

Nossos desafios são por justiça social e ambiental, combate à fome e que as políticas públicas cumpram os acessos e os direitos de todas as pessoas.

Nossa luta traz quem produz alimentos para a pauta da cidade. reafirmamos que “A Cidade Planta!” e que queremos viver com qualidade de vida e bem viver onde nossas ancestralidades estão e fizeram esse convívio com os lugares que vivemos!

A aproximação da RedeCAU com a CAPINA se deu através das Formações realizadas pela CAPINA, principalmente com os movimentos da Economia Solidária.

Também através das buscas pelos materiais didáticos e as metodologias produzidas pela CAPINA. Mas foi na caminhada com a Articulação de Agroecologia do RJ que ficamos mais próximos, pela atuação da CAPINA na Região Metropolitana do Rio. Muito a CAPINA vem trazendo para o fortalecimento às experiências agroecológicas de produção e de construção social de Mercados. Mas também na execução de políticas públicas e por uma economia popular”.

REDE CAU



EM REDE

“A AARJ é feita de experiências de agroecologia, portanto, partimos dessas experiências territoriais para pensar nossas reflexões e ações. Então, é a partir das atividades diretamente nos territórios, dos agricultores que a gente tenta trazer, das demandas, das reflexões, dos acúmulos, dos desafios, das potências.

A gente vai vendo o que precisa ser aprimorado, melhorado, a gente sempre acredita que em rede é como a gente consegue se fortalecer e pensar estratégias para conseguir atingir objetivos.

Para nós, essa articulação em rede é fundamental. Inclusive, a gente se organiza em regionais pensando justamente nessa articulação em rede a partir dos territórios. Pequenas redes em cada local do Estado do Rio de Janeiro, que se juntam para uma rede maior estadual.

Nossa relação com a Capina é de longa data. Principalmente na Região Metropolitana, apoiando nessa questão da comercialização, do abastecimento, das feiras, e a nível estadual apoiando a pensar nossa organização interna.

A gente trabalha muito nesse diálogo com os agricultores e a Capina tem sempre sido muito parceira nessas atividades, principalmente na Região Metropolitana. Então, para nós, a Capina sempre foi e continua sendo muito importante. Uma parceira fundamental da AARJ. Para os próximos anos, eu diria que o principal desafio são as eleições. Para a gente conseguir colocar candidaturas que dialoguem com o campo da Agroecologia, com os nossos temas de segurança alimentar, soberania alimentar, fortalecimento de uma agricultura mais agroecológica, orgânica, uma ATER que seja efetiva, acesso a mercados, reforma agrária, luta por direitos, direito à cidade”.

AARJ



EM REDE

“Desde 1961, a FASE atua em articulação com comunidades, movimentos sociais e organizações populares das cidades, do campo, das florestas e das águas, no Brasil e internacionalmente, reconhecendo as redes como estratégia fundamental para enfrentar desigualdades e ampliar direitos. Sua participação em fóruns, conselhos e espaços coletivos fortalece a troca de experiências, a construção coletiva e a incidência em políticas públicas. Ao integrar redes nacionais e territoriais, a FASE fortalece processos participativos, a mediação entre sociedade civil e poder público, e a defesa de direitos relacionados à terra, moradia, cidade, justiça ambiental e climática, soberania alimentar, agroecologia e direitos das mulheres, além de orientar sua atuação ancorada em metodologias participativas e nas realidades dos territórios.

Nesse sentido, a parceria com a CAPINA é fundamental, especialmente pelo seu acúmulo no fortalecimento de trabalhadoras e trabalhadores e na promoção da economia popular e solidária. Essa experiência agrega consistência técnica e política às ações conjuntas, desenvolvidas com base na educação popular e em metodologias participativas. No projeto “Trabalho Justo para Mulheres”, realizado pela FASE com apoio do Ministério das Mulheres, a Capina contribuiu para a formação política e qualificação técnica de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e de suas iniciativas econômicas populares, reforçando o caráter político-pedagógico da FASE e a consolidação do conhecimento como prática coletiva situada e comprometida com os territórios.

Para os próximos anos, os desafios se relacionam ao fortalecimento da extrema direita e ao agravamento da violência nos territórios, que ampliam os obstáculos às ações, mobilização comunitária, defesa dos direitos humanos e ao enfrentamento das desigualdades. Soma-se a isso a escassez de recursos para garantir a sustentabilidade de organizações e um contexto de transformação do tecido associativo, marcado pelo risco de fragmentação do campo democrático e popular. Nesse cenário, será fundamental fortalecer ações coletivas e articulações capazes de integrar as lutas contra as violências, as violações de direitos e as desigualdades estruturais”.

ONG FASE



EM REDE

“No âmbito em que nós militamos e trabalhamos pesquisa e extensão, que é o campo da chamada Economia Popular, estamos sempre lidando com algo que vai no sentido contrário do modo hegemônico do mundo funcionar. Construir experiências de trabalho coletivo autogestionário ou reforçar ou se juntar a iniciativas como essas são sempre atitudes que têm muitos inimigos.

A ideia de propriedade coletiva do meio de produção, a ideia de solidariedade e não competitividade, a ideia de práticas de autogestão, de decisão democrática coletiva, solidária, a respeito do que o trabalho, de como o trabalho deve acontecer. Então, é muito importante esse campo se unir. Eu acho que o capital se une muito bem e nós precisamos aprender a fazer isso. Então, criar redes, criar articulações contra hegemônicas é muito importante.

Eu diria que a coisa mais importante para transformar essas ações em torno da chamada Economia Popular e Solidária em algo que tenha algum potencial realmente de se contrapor ao capitalismo, de criar algo que, de alguma forma, seja capaz de mudar o mundo. Porque, do contrário, individualmente, isoladamente, a gente só faz cócegas no mundo, sabe?

A gente não dá conta de transformar. A gente até, de alguma forma, individualmente, com iniciativas individuais isoladas, ajuda a reforçar o capital. Porque a gente, por exemplo, absorve a mão de obra que está sendo expulsa dos espaços de trabalho. A gente acaba servindo como um colchão de amortecimento dos problemas, das crises do capital.

Então, sem rede, a gente não se torna disruptivo. Tem sido muito importante a parceria da Incubadora da UEFS com a CAPINA. Já fizemos dois cursos em torno da ideia de ‘Contabilidade Popular’ que resultou na construção de uma rede que está cada dia mais forte, que tem conseguido incidir politicamente na construção em torno do novo Marco Legal da Economia Popular e Solidária, que tem sido um espaço de troca de informações, de conhecimentos, de criação de alianças. Tem sido muito importante, muito rica essa experiência. Inclusive, suplantado os limites do próprio Brasil, com conversas e ações com colegas de outros países da América Latina”.

IEPS-UEFS





ENCONTRO DISCUTE QUESTÃO DA VIOLÊNCIA URBANA NO RJ PELA PERSPECTIVA DA CLASSE TRABALHADORA

Em novembro de 2025, a CAPINA realizou uma roda de conversa para debater, a partir das perspectivas das trabalhadoras e dos trabalhadores, a violência urbana nos territórios periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O encontro 'Violências, economias e territórios: conversas urgentes', aconteceu no Museu da República, no bairro do Catete, na capital.

O tema da roda surgiu no contexto da chacina considerada a mais letal da história do Estado, ocorrida nos complexos do Alemão e da Penha, no final de outubro do mesmo ano. Pelo menos 128 pessoas foram mortas em mais um episódio da lógica de operações policiais da política de Segurança Pública estadual. Participaram do debate representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal de Rua do Rio de Janeiro (SindInformal), do Movimento das Comunidades Populares (MCP); da comissão de defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, do gabinete da deputada estadual Renata Souza (PSOL-RJ) e do Grupo Tortura Nunca Mais.

A fala de abertura apresentou o ponto de vista da repressão contra ambulantes, uma característica das ações de segurança também marcante no Estado. Francisca de Fátima, do SindInformal, lembrou que a Guarda Municipal atua de maneira violenta contra camelôs e vendedores informais, abusando de agressão física, furto de material e prisões indevidas. A militante citou a batalha política travada para regulamentar a lei municipal do depósito, que já existe, e garantir direitos para os ambulantes. “Por que não cumprir a lei? Estamos na luta para fazer essa lei valer”.

O encontro também destacou a participação dos movimentos sociais e sindicatos na resistência cotidiana, lembrando da importância de valorizar a memória de lutas populares anteriores. Inessa Lopes, do MCP, ressaltou o crescimento da violência nas últimas décadas, com a expansão do tráfico e da milícia, o que dificulta as atuações de movimentos em comunidades como o Morro do Chapadão, Zona Norte do Rio, onde atua. “Quando chegamos, não tinha asfalto. Hoje tem asfalto, mas tem barricada. Então, entregas para loja de construção, por exemplo, não podem subir”, explica. Ela também falou que para além do impacto físico, de pessoas que ficam feridas em confrontos e ações policiais, há também um forte impacto psicológico, principalmente nas crianças, que muitas vezes ficam sem aula por conta das operações policiais. “Não tem ação institucional do Estado, somente polícia”, aponta.

Contexto histórico e estratégica eleitoral em pauta

Na continuação do debate, o contexto histórico foi bastante explorado pelos participantes. Rafael Maul, representante do Grupo Tortura Nunca Mais, é também professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ele desenvolveu sobre a criação da polícia no Rio, no século XIX, a partir do contexto de capital do Império e, depois, da República. E lembrou que, no pós-Ditadura de 1964, o Estado do Rio de Janeiro fundou um batalhão de polícia supostamente “de elite” com símbolos e práticas ligadas ao Esquadrão da Morte. “Não por acaso, a mesma pessoa que funda o BOPE funda a Guarda Municipal: um ex-agente da ditadura. É o mesmo projeto”, afirmou.

O caráter político da promoção de chacinas também foi tema. João Luiz Silva é coordenador da comissão de defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj. Ele citou o então governador do Rio, Claudio Castro (PL-RJ), que se orgulhava de ter promovido a operação com mais mortes da história do estado. “Como uma mãe vê seu filho morto e ouve o governador dizer que vai levar dignidade? Como acreditar nisso?”, pondera. A crítica foi reforçada por Renata Lira, que lembrou que os políticos têm poder de decisão. “Os deputados são pessoas que decidem sobre a nossa vida, mas principalmente, sobre a nossa morte. Se eles decidem que tem mais dinheiro pra Polícia do que pra Saúde e Educação, é porque eles tão decidindo pela morte de muita gente”, finalizou. ●

RODA DE CONVERSA DEBATE COMO A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA IMPACTA A ROTINA DE TRABALHO NA PERIFERIA

A CAPINA promoveu em setembro de 2025 uma roda de conversa para tratar do impacto da emergência climática na rotina dos trabalhadores e trabalhadoras. O encontro 'Quando o Clima Muda, o Trabalho Muda! Calor extremo, enchentes, falta de água: como a emergência climática impacta nosso trabalho e transforma nossa vida?' aconteceu na Biblioteca Leonel de Moura Brizola, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Militantes de diversos territórios periféricos do Grande Rio reafirmaram a necessidade de enfrentamento da crise climática a partir da construção de consciência coletiva e da articulação entre redes e movimentos sociais. Estiveram na roda representante de organizações como Cúpula do Povos do Rio, Casa Cuidado, Rede Baixada Que Se Importa, Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé (ACAMM), ONG Amar, Coletivo de Mulheres do Morro do Sossego, Instituto Políticas Alternativas Para o Cone Sul (PACS) e o mandato da deputada estadual Marina do MST (PT-RJ).



Em suas falas, os participantes contaram como enchentes, secas e a poluição de rios e ruas impactam diretamente as atividades de trabalho, prejudicando a locomoção, causando danos à saúde pessoal ou alterando a rotina da vida doméstica. A ausência de políticas públicas estruturantes foi um dos pontos levantados. Marilza Barbosa, do Coletivo de Mulheres do Morro do Sossego, lembrou que sua família ficou desabrigada por uma enchente em 1967, na localidade, que fica em Caxias. “E nós vivemos a mesma situação: o bairro Pantanal sempre alaga e afeta nosso trabalho e nossa vida, inclusive com óbitos”

O papel das mulheres e o racismo ambiental

Outro tema que apareceu no debate foi o racismo ambiental. Para os participantes, esse é um problema que une os territórios dos diversos locais periféricos da Região Metropolitana. Thaís Matos, do Pacs, ressaltou a semelhança de São Gonçalo, sua cidade de origem, com a Baixada Fluminense. “É outra experiência, mas há encontros. Tanto do aspecto positivo quanto negativo. Os territórios periféricos são escolhidos para serem zonas de sacrifício, onde a saúde pode ser colocada em xeque, com a chegada do pretenso “progresso”, de indústrias nocivas. É um dos exemplos do racismo ambiental”.

Foram lembrados exemplos históricos e atuais de negligência estatal, como o lixão de Jardim Gramacho e a poluição causada pela Refinaria Duque de Caxias (Reduc), além da precariedade de serviços básicos como transporte, saneamento básico e educação, sempre vulneráveis a eventos climáticos severos.

Ao longo da roda, as participantes afirmaram a necessidade de reconhecer o papel das mulheres na política do cuidado, tema que perpassa o impacto da emergência climática. Cyntia Matos, da Casa Cuidado, lembrou das mulheres do trabalho doméstico que saem da Baixada Fluminense para ir para locais nobres do Rio de Janeiro: “Vão cuidar do filho da patroa, e não cuidam de seus filhos. O racismo é estrutural e perverso”, disse. “Precisamos ter consciência dos termos, de quem é afetado e precisamos sair daqui pensando sobre isso” completou Rosiane Garcia, assessora educacional da CAPINA. Por fim, a roda reforçou a crítica ao modelo de crescimento ilimitado e ao consumismo, citando como saída um olhar para as práticas ancestrais, investimento em tecnologias sociais e políticas públicas voltadas para adaptação, mitigação e responsabilização. ●

EXPEDIENTE

EDIÇÃO

CAIO BELLANDI
ROBSON PATROCÍNIO
TEREZINHA PIMENTA

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

CAIO BELLANDI

REVISÃO

ROBSON PATROCÍNIO
TEREZINHA PIMENTA

EQUIPE CAPINA

ANA CARLA PORTO
CAIO BELLANDI
CARLOS AUGUSTO GOUVEIA
CAROLLINE LIMA
KATARINA RIBEIRO
MARIA LUIZA BARBOSA
ROBSON PATROCÍNIO
ROSIANE GARCIA
TEREZINHA PIMENTA

DIRETORIA CAPINA

KÁTIA AGUIAR
LILIANE REIS
TEREZINHA PIMENTA



JUNHO/26

WWW.CAPINA.ORG.BR